



BOLETIM DO SINASEFE

Atividades da semana de 12 a 16 de maio



Confira os destaques da semana

PÁGINA 02

**Reunião da Mesa Setorial de
Negociação Permanente do MEC**

PÁGINA 02

**Aceleração dos TAEs conquistada e
as próximas batalhas que virão**

PÁGINA 05

**Mais um limite imposto no debilitado
orçamento para a Educação**

PÁGINA 06

SINASEFE lamenta a morte de Pepe Mujica

PÁGINA 07

**Alerta às bases do SINASEFE na Bahia:
golpe em curso ataca as seções sindicais**

PÁGINA 08

**Encontro Regional Norte do SINASEFE será
realizado em Araguatins-TO**

PÁGINA 08

13 de maio: abolição da escravatura no Brasil

Reunião da Mesa Setorial de Negociação Permanente do MEC



A primeira reunião ordinária da Mesa Setorial de Negociação Permanente (MSNP) do Ministério da Educação (MEC), que deveria ter ocorrido em fevereiro deste ano, finalmente foi realizada no dia 12 de maio. A ocasião contou com diversas falas de cobranças em relação ao cumprimento dos Termos de Acordo nº 10 e 11, resultado da greve de 2024.

Além da bancada do MEC, composta por funcionários da Pasta, estiveram presentes representantes do Andes-SN, e da Fasubra. Do SINASEFE, participaram Andréa Moraes e Artemis Martins, da coordenação de políticas educacionais e culturais, como titulares. E Carlos Magno (plantão de base) e Lídia Farias (CNS), como suplentes. O coordenador geral de plantão, Antonildo Pereira, participou como observador.

Durante o encontro, o SINASEFE cobrou o cumprimento imediato de pontos dos acordos firmados em 2024, destacando:

1. a republicação do Decreto 1590/1995, que trata do controle de frequência de docentes da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Atualmente, a proposta de alteração encontra-se parada na Casa Civil desde dezembro de 2024;

2. a publicação da nova Regulamentação da Atividade Docente (RAD) que, conforme os representantes do MEC, está na mesa do Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério, Marcelo Bregagnoli, e de lá deve seguir para a Consultoria Jurídica (Conjur);

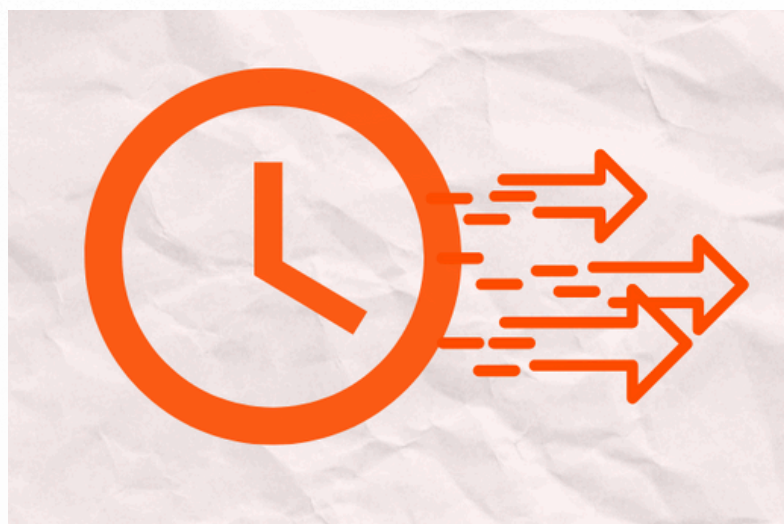
3. a implementação das 30 horas para os TAEs e a democratização dos Institutos Federais, pautas que foram sequestradas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), mas que estão previstas para discussão e deliberação no âmbito do MEC, conforme constam no acordo da greve 2024.

Os representantes do MEC se mostraram favoráveis à realocização das pautas em suas devidas instâncias de debate e deliberação. As entidades sindicais, por sua vez, enfatizaram que o MEC precisa provocar a Casa Civil e outros ministérios para que as nossas conquistas da greve avancem, de forma célere e efetiva, no atendimento às demandas históricas dos servidores.

As entidades também manifestaram preocupação com a lentidão dos encaminhamentos e reforçaram a urgência na efetivação dos compromissos assumidos desde o ato de assinatura do acordo. Além disso, cobraram maior regularidade nas reuniões da mesa e a definição de uma metodologia para o processo de negociação.

A manutenção da mobilização nacional nas redes sociais, nos locais de trabalho; a abordagem aos parlamentares, as exigências feitas ao Governo, bem como o acompanhamento contínuo do processo de negociação são aspectos fundamentais para não só assegurar os direitos conquistados com a luta da categoria, como para avançarmos para além deles.

Aceleração dos TAEs conquistada e as próximas batalhas que virão



A implementação da Aceleração da Progressão por Capacitação dos TAEs, já em curso e em processo de implementação na folha de pagamento, só foi possível depois de um forte movimento que fizemos enquanto categoria, talvez o maior, mais articulado e mais organizado depois da nossa última greve. Pressão exercida pelas bases às gestões locais das Universidades e Institutos Federais, e também nacionalmente ao Fórum de Dirigentes de Gestão de Pessoas (Forgep) e ao Pleno do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que culminou na implementação deste mecanismo.

Com as regras de transição da Aceleração prontas, construídas no âmbito da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação do Ministério da Educação (CNSC/MEC) através da Nota Técnica nº 01/2025, conforme previa o Termo de Acordo nº 11/2024 assinado ao fim da greve de 2024, vimos a morosidade da burocracia e a falta de vontade política do governo tomar conta. O Ministério da Educação (MEC) enviou para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) a Nota Técnica e este último Ministério simplesmente não o respondeu, fato que gerou revolta e insatisfação na categoria já que a Medida Provisória nº 1286/2024, que estabeleceu a Aceleração, já está vigente desde o dia 1º de janeiro de 2025 e, até então, passados 4 meses, não havíamos obtido qualquer sinalização sobre a implementação desta que é uma das grandes conquistas da nossa vitoriosa greve de 2024 e que significa para a categoria ganho financeiro e possibilidade de chegar ao topo da carreira em menos tempo.

Nós, do SINASEFE, pontuamos reiteradamente e cobramos do governo que baixasse a Nota Técnica nº 01/2025 e a enviasse para as nossas instituições, haja vista que, segundo nosso Termo de Acordo, não caberia ao MGI qualquer possibilidade de intervenção, atravessamento, desautorização ou

modificação no trabalho realizado pela CNSC/MEC, pois o acordo firmado entre governo e entidades sindicais previa explicitamente que caberia a esta comissão a tarefa de criar as regras de transição da Aceleração da Progressão por Capacitação dos TAEs, o que foi feito de acordo com o que consta no artigo 10-B §4º da Medida Provisória nº 1286/2024.

Portanto, criadas as regras de transição da Aceleração, estas já deveriam ter sido enviadas para as Instituições Federais de Ensino (IFE) para que suas unidades de gestão de pessoas procedessem com a devida implementação deste mecanismo na folha de pagamento dos servidores TAEs, de acordo com o que consta na Nota Técnica nº 01/2025 da CNSC e respeitando as competências de cada parte no cumprimento do Termo de Acordo que pôs fim à greve de 2024.

Há aqui um grave problema político, pois o que temos visto acontecer neste governo é a repetição de uma prática que já vimos acontecer no nefasto governo anterior, que é a atuação do MGI como um “superministério”, nos mesmos moldes do Ministério da Economia de Paulo Guedes. Não podemos aceitar este modus operandi e devemos cobrar, enquanto categoria e enquanto entidade sindical, que seja respeitado o que foi firmado no Termo de Acordo nº 11/2024 e que não haja atravessamentos, desautorizações ou ingerências nos tratamentos das pautas da greve do ano passado. Devemos reiterar nossa exigência pelo efetivo cumprimento do que está posto no papel e que não nos coloquem no meio de disputas políticas entre os próprios setores do governo ou deste com outros setores.

Aceleração implementada. E agora?

Com a implementação da Aceleração da Progressão por Capacitação voltamos agora às demais pautas que precisam ser encaminhadas pelo governo – sem baixar a guarda e com vigilância constante!

São várias as batalhas que teremos pela frente, com pautas que merecem uma atenção maior pelo peso que possuem para as duas carreiras que compõem a nossa categoria da educação federal representada pelo SINASEFE.

No caso dos TAEs, destacamos a necessidade urgente do envio do Projeto de Lei (PL) ao Congresso Nacional que criará o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), consolidando, assim, uma das mais importantes vitórias de nossa última greve. Esta é uma pauta de extrema urgência, haja vista o estágio avançado da construção da proposta de regulamentação do RSC pelo Grupo de Trabalho (GT) criado para este fim no âmbito da CNSC/MEC.

Com este trabalho de regulamentação pronto, que contemplará os mecanismos e regras de concessão, bem como o rol de saberes e competências, ficará pendente a aprovação deste PL para que o RSC possa ser implementado, pois só é possível regulamentar algo que legal e formalmente já existe, o que neste caso se dará através da aprovação do projeto e sanção da lei. Portanto, para que ocorra a regulamentação do RSC, é necessário que antes seja aprovado o PL com este mecanismo.

Com a lei sancionada e com o trabalho de regulamentação pronto, depois de ser submetido e aprovado no pleno da CNSC, passaremos a um importante estágio de mobilização e luta. É preciso que nossa categoria esteja ciente do desafio e preparada para exigir que a regulamentação do RSC seja, de fato, feita pelo MEC, conforme prevê o Termo de Acordo nº 11/2024, não sendo necessário envio posterior para o MGI para consulta ou ciência, como aconteceu com as regras de transição da Aceleração.

Como temos insistido, não cabe, como já não cabia antes, pedir benção ou autorização ao MGI para a regulamentação do RSC. Portanto, cabe ao MEC, através da CNSC, regulamentá-lo. Não cabe ao MGI e nem a qualquer outro Ministério qualquer interferência neste trabalho.

Outra pauta histórica e urgente da Carreira TAE é a que trata sobre as 30 horas semanais para toda a categoria e sem redução da remuneração. Essa discussão atualmente encontra-se no MGI, no GT-PCCTAE, que foi criado por este Ministério para trabalhar não só este, mas também outros temas da Carreira TAE. Depois de ter cancelado em cima da hora a última reunião do GT (agendada para o dia

28/03) e depois de diversas cobranças feitas pelo SINASEFE, o governo finalmente convocou reunião para o dia 23/05, tendo como uma de suas pautas as 30 horas. Nossos representantes neste espaço deverão cobrar que esta pauta seja tratada logo no início da reunião, tamanha sua importância para a categoria, que espera ansiosamente a concretização desta demanda.

Como é o MEC o Ministério que melhor entende a complexidade da nossa carreira e do nosso fazer cotidiano, bem como a estrutura e a organização da própria rede, acreditamos que seja de fundamental importância que esta pauta seja levada para lá, onde temos melhores chances de avançar na discussão já que o MGI segue resistente e colocando todo tipo de dificuldades e barreiras burocráticas numa discussão que é também, e sobretudo, política.

As 30 horas hoje representariam não somente um avanço em relação à tão falada qualidade de vida no trabalho, como geraria também diversos benefícios, como uma contribuição significativa para a melhoria da saúde física e mental dos nossos servidores e servidoras, que continuam lidando com condições de trabalho degradantes e submetidos a jornadas de trabalho cada vez mais intensas e exaustivas, o que tem gerado um número cada vez mais frequente de adoecimento e afastamento destes profissionais na rede.

Além disso, as 30 horas representariam também, como consequência, uma melhora significativa na própria qualidade do trabalho oferecido ao público interno e externo das IFEs, gerando ganhos para o serviço público perceptíveis pelo próprio público atendido, como é o caso das Universidades e Institutos Federais que já dispõem desta jornada de trabalho, assim como em outras instituições. Portanto, a luta pelas 30 horas é também uma luta em defesa do serviço público de qualidade.

É sempre válido ressaltar que nossa defesa é pelas 30 horas semanais para todos os TAEs, sem redução da remuneração, tal como consta em nosso Acordo da Greve nº 11/2024.

Diante de tantas dúvidas sobre prazos e chances concretas de avanço nesta pauta das 30 horas, a resposta que temos que dar é a mesma que demos para a morosidade e ameaça à Aceleração da Progressão por Capacitação: luta, organização e pressão política tanto localmente, junto às nossas gestões, quanto nacionalmente, junto às instâncias do Conif, da Andifes e do próprio governo. Só com muita luta é que conseguiremos vencer a resistência dos tecnocratas e burocratas de plantão a destravar esta pauta.

A experiência exitosa do trabalho do GT RSC-TAE/CNSC/MEC, que está em fase final de trabalho e refinamento depois do feedback recebido após a divulgação do formulário com o esboço do trabalho realizado, quando foi possível verificar junto à categoria a percepção, alcance e lacunas do rol de saberes e competências inicialmente construído, nos dá indícios de um caminho que podemos seguir em relação ao trabalho a ser resolvido em relação às 30 horas.

Outra pauta de extrema importância que está em nosso Termo de Acordo nº 11/2024 e que nossa categoria luta há mais de 20 anos para a uma solução, é a Racionalização, que visa corrigir injustiças, disparidades e distorções criadas na nossa carreira na implementação do PCCTAE. Para isso, é fundamental que seja convocado o GT de Racionalização pelo MEC para que seja dado devido encaminhamento a esta demanda.

Por fim, e não menos importante, não podemos perder de vista também a necessidade de se resolver, de uma forma ou de outra, a situação dos médicos e médicos veterinários, duplamente injustiçados pelo reajuste que lhes foi dado e pela correção do step, em percentuais diferentes do que havia sido acordado nas mesas de negociação e diferente do que foi colocado e assinado no Termo de Acordo, que não prevê diferenciação de reajuste para cargos específicos da nossa carreira. Tanto os percentuais de recomposição salarial como o reajuste do step negociados são para todos os integrantes da carreira e não para cargo X, Y ou Z.

Reforçamos que a implementação da Aceleração só foi possível porque teve luta, porque teve mobilização, porque teve engajamento e porque pressão. Sem isso, talvez estivéssemos até hoje aguardando uma resposta do MGI que nunca viria ou que viria de forma atravessada e desconsiderando as competências pactuadas no acordo da greve de 2024 e o trabalho realizado pelos nossos companheiros e companheiras no âmbito da CNSC/MEC. Portanto, trata-se de uma importante vitória da luta da nossa categoria que culminou neste movimento de pressão e continuará para que consigamos conquistar a implementação das demais pautas da greve e para além do movimento paredista, porque temos diversas pautas que não foram vencidas e que precisarão ser retomadas com força nas próximas batalhas que virão.

Mais um limite imposto no debilitado orçamento para a Educação

De tantos cortes e contenções, a Educação Federal vive de retalhos!



Nos deparamos, com intensidade, desde 2016, com imensos e preocupantes cortes no orçamento da Educação Pública Federal. E desde então, a recomposição orçamentária tem sido uma das principais bandeiras de lutas do SINASEFE. Inclusive na nossa última greve.

No final da greve de 2024, houve a recomposição de uma parcela dos valores para executar os serviços na Rede Federal. Isso contribuiu para que Universidades e Institutos Federais tivessem uma sobrevida, mas muito longe de ser a recomposição necessária. Portanto, sabíamos que a luta ainda seria uma constante.

No entanto, o Governo Lula-Alckimin, através do Ministério da Fazenda (MF) e do Ministério da Educação (MEC), em conjunto com o Congresso Nacional, conseguiram nos surpreender negativamente no ano de 2025, em que fomos diretamente impactados com um corte de 4,9% na aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) e em 30 de abril com o Decreto nº 12448/2025, que regulamenta a execução orçamentária e financeira dos órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo Federal, limitando toda a execução do parco recurso destinado a Rede Federal de Ensino.

De acordo com o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), “as projeções baseadas na série histórica de despesas essenciais indicam que a Rede Federal pode paralisar suas atividades a partir do mês de junho de 2025”. O Conselho expõe na Nota que todos os setores serão afetados: desde assistência estudantil; formação; pesquisa e extensão; e manutenção administrativa da estrutura dos mais de 600 campi. O que o Conif não revela é que essa perda compromete uma estrutura já debilitada e que sobrevive de Emendas Parlamentares e muitas vezes do investimento privado. Ou seja, mais que um simples corte, o Decreto 12448/2025 se transforma em mais um elemento do projeto neoliberal do desmonte da Educação Pública e da precarização da Rede Federal de Ensino. Além disso, parece estar na ordem do dia um projeto mais perigoso ainda, que é retirar de vez o Piso Constitucional previsto para a Educação.

No discurso, o MEC ratifica a importância da expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, assim como a necessidade de discutir acesso e permanência a partir de um incremento na assistência estudantil. Mas essa conta não fecha!

Como ampliar e investir na Rede se, cada vez mais, a ferida do corte se opera e se amplia?

Só podemos ter uma resposta: rifar toda a Rede Federal para a iniciativa privada e deixar a classe trabalhadora sem acesso à Educação Pública de Qualidade.

Portanto, mais uma vez, o SINASEFE vem defender de maneira irrestrita que o Governo Federal recomponha o orçamento para a Educação e garanta e defenda os direitos da classe trabalhadora ter acesso a uma Educação Pública, de Qualidade e Referenciada.

SINASEFE lamenta a morte de Pepe Mujica



A classe trabalhadora perdeu na última terça-feira (13/05) um de seus maiores inspiradores. José “Pepe” Mujica, ex-presidente do Uruguai, foi muito mais que um líder político: foi um símbolo de resistência, um utópico pragmático e um defensor incansável da justiça social, da soberania dos povos e da transformação radical da sociedade.

Conhecido como “o presidente mais pobre do mundo”, Mujica não via isso como um título de miséria, mas como um ato político contra o consumismo desenfreado. Ele nos provocava a refletir: “pobre não é quem tem pouco, mas quem precisa de muito”. Sua vida simples, em uma humilde casa no campo, longe dos palácios e luxos do poder, era uma declaração política viva – um chamado à sobriedade, à libertação das amarras do capital e à priorização do bem comum sobre o individualismo.

De ex-guerrilheiro - que enfrentou a repressão, prisão e a tortura durante a ditadura uruguaia - a Presidente da República, Mujica nunca abandonou seus princípios.

Enquanto governante, promoveu políticas progressistas como a legalização da maconha, a descriminalização do aborto e a defesa dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, sempre com um discurso franco e acessível.

Teve grande contribuição filosófica para nossas lutas políticas. Para Mujica, "ser de esquerda não é uma questão de partido, mas de postura perante a vida" - uma escolha diária de colocar a solidariedade acima do egoísmo, a esperança acima do conformismo, e a ação acima da retórica.

Mujica partiu, mas seu legado permanece: nas ruas, nas lutas populares, nas diferentes resistências contra a opressão.

O SINASEFE lamenta essa perda e se solidariza com todas as pessoas que lutam e que perdem nesse momento uma referência e um companheiro!

Mujica presente! Hoje e sempre!

Alerta às bases do SINASEFE na Bahia: golpe em curso ataca as seções sindicais

O Proifes Federação tenta avançar com golpe sindical na Bahia!



A direção do Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (Apub Sindicato), convocou todas e todos as(os) docentes das Instituições Federais de Ensino (IFE) com base no estado da Bahia para uma Assembleia

Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 22 de maio, às 14 horas, no auditório da Faculdade de Direito da UFBA. O objetivo central da assembleia será deliberar sobre a transformação do Apub Sindicato em uma entidade sindical de abrangência estadual.

Essa proposta de ampliação da representatividade do Apub Sindicato acende um sinal de alerta: caso aprovada, poderá comprometer seriamente a autonomia e a própria existência das seções sindicais do SINASEFE que hoje atuam de forma independente e combativa, como no caso das seções IFBA e CMS-BA, IF Baiano-BA, Anísio Teixeira-BA e Guanambi-BA, todas vinculadas ao SINASEFE.

Não é a primeira vez que essa prática se repete. O Proifes Federação, ao qual o Apub Sindicato é filiada, tem histórico de tentativas de expansão e invasão sobre bases sindicais já organizadas, como já foi denunciado nos estados de Goiás e Santa Catarina.

Trata-se de um movimento que ameaça a democracia sindical e busca fragilizar a luta coletiva construída de forma autônoma pelas categorias.

Importante destacar que o Apub Sindicato, que até pouco tempo operava sob um modelo cartorial, agora tenta se reinventar às custas da atuação consolidada de outras entidades. Ao convocar uma assembleia extraordinária para todas e todos as(os) docentes, independentemente de filiação, torna-se ainda mais urgente a presença maciça das bases do SINASEFE nessa assembleia.

É preciso impedir que essa manobra comprometa a diversidade, a legitimidade e a autonomia do movimento sindical das bases da Bahia na Educação Federal.

A participação ativa das bases do SINASEFE será fundamental para barrar esse golpe e defender a pluralidade sindical.

No dia 22 de maio, todas e todos devem estar presentes para dizer NÃO ao golpe e à ingerência sindical encampada pelo Proifes.

Em defesa da autonomia, da pluralidade e da luta classista!

Encontro Regional Norte do SINASEFE será realizado em Araguatins-TO



De 23 a 25 de maio, na cidade de Araguatins-TO, a seção sindical Araguatins-TO sediará o Encontro Regional Norte do SINASEFE, um dos cinco Encontros Regionais promovidos pelo sindicato neste primeiro semestre de 2025. O evento será realizado no Auditório dos Pioneiros, do campus Araguatins-TO do IFTO, localizado no KM 5 do Povoado Santa Teresa.

Com o tema "Quem sou eu dentro do SINASEFE?", o Encontro tem como objetivo promover uma reflexão coletiva sobre a identidade sindical, a atuação dos trabalhadores da Educação e os caminhos para o fortalecimento da organização de base. A proposta é proporcionar um espaço de escuta, troca de experiências e aprofundamento político-sindical.

A programação incluirá debates, oficinas temáticas e mesas de discussão organizadas em torno de nove eixos centrais. São eles:

1. Conjuntura política;
2. Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (TAEs);
3. Carreira Docente;
4. Plano de Lutas das Carreiras;
5. Políticas Educacionais;
6. Assuntos de Aposentadoria;
7. Combate às Opressões;
8. Formação Sindical;
9. Rateio Solidário.

O evento marca uma oportunidade estratégica para reunir servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica da região norte, fortalecendo os vínculos entre as seções sindicais e construindo ações conjuntas diante dos desafios locais e nacionais.

Contribua com os debates e ajude a fortalecer a luta coletiva. Sua voz é essencial para a construção de um sindicato mais forte, democrático e combativo!

13 de maio: abolição da escravidão no Brasil



14 de maio - o dia depois da abolição no Brasil. E nos perguntamos: o que realmente mudou? A população negra segue marginalizada, explorada e assassinada pelo Estado.

13 de maio foi um dia para ser lembrado como um marco do fim oficial da escravidão, que só foi possível devido ao sangue, suor e lutas intensas protagonizadas por pessoas negras escravizadas e libertas, intelectuais, ativistas, jornalistas, políticos, religiosos e movimentos sociais.

Não foi um ato de "bondade" da Monarquia, concedido pela caneta da princesa Isabel, mas sim fruto de pressão social, resistência e enfrentamentos, principalmente liderados por Dandara, Luísa Mahin e incontáveis outros que o Brasil insistiu em desumanizar.

O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Durante séculos, vidas negras foram exterminadas e exploradas. E não foram apenas pessoas negras - parte da população indígena também sofreu com a escravização e a violência!

Reforçamos a lembrança dessa história porque ela ainda se repete e não pode continuar fazendo parte do nosso presente, nem do nosso futuro.

Infelizmente, de uma maneira ou de outra, negras, negros, indígenas e quilombolas ainda são açoitados no Brasil de hoje, pelas mãos da violência, da desigualdade, do racismo estrutural, da discriminação e dos preconceitos.

Essa data não é marco de liberdade concedida, mas horizonte na luta por reparação histórica - uma dívida que o Estado brasileiro tem com o povo negro e os povos originários. Nossa memória é arma, e nossa luta, permanente.

Que Dia de Combate e Denúncia ao Racismo de 13 de maio nos traga uma reflexão profunda, sobre um passado que jamais deveria ter existido e que é inaceitável que ainda perdura na contemporaneidade.



EXPEDIENTE

Esta é uma publicação digital do SINASEFE. É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo, desde que citada a fonte.

Fechamento desta edição às 12h34min de 16 de maio de 2025

Textos sob responsabilidade de:



Andréa Moraes
Secretária de Políticas
Educação e Culturais



Antonildo Pereira
Coordenador geral



Carlos Magno
Plantonista de base
da seção IF Baiano-BA



Elton John
2º tesoureiro



Roni Rodrigues
Coordenador de
pessoal TAE



Marlise Viteel
Secretária-adjunta de
inclusão e acessibilidade

Coordenação de Comunicação:



Raquel Nepomuceno
Secretária



Andréia Pinsan
Secretária-adjunta

Edição e Revisão: Mário Júnior (MTE-AL 1374)

Design Gráfico: Scarlett Rocha

Contatos: dn@sinasefe.org.br e imprensa@sinasefe.org.br

Acesse nosso site: www.sinasefe.org.br